

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Uma vez que o Governo repetidamente não responde às perguntas no prazo regimental e só parece fazê-lo mediante insistência, o Bloco de Esquerda procede ao reenvio da pergunta sobre desigualdades no acesso à realização de exames PET, cujo prazo de resposta se encontra ultrapassado.

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) efetuou um estudo sobre “Acesso, concorrência e qualidade na realização de exames de tomografia por emissão de positrões (PETSCAN)”. Este exame, doravante designado como exame PET, é uma técnica imagiológica não invasiva que permite a deteção de alterações do metabolismo celular, utilizando para tal marcadores específicos; trata-se de um exame de grande sensibilidade, passível de diagnosticar alterações ainda não identificáveis por outros meios imagiológicos. Ao longo dos últimos anos, têm vindo a aumentar as indicações clínicas para realização deste exame, particularmente em Oncologia, Neurologia e Cardiologia.

De acordo com o citado relatório, o acesso à realização de um exame PET em Portugal Continental é bastante desigual. Note-se o caso do Algarve onde não existe um único equipamento para realização destes exames o que implica que toda a população tenha que percorrer mais de 90 minutos para realizar um exame. De facto, este relatório permite constatar que a desigualdade no acesso penaliza mais as pessoas residentes no interior e no sul do país, particularmente as que moram nos distritos de Faro e de Bragança bem como uma larga maioria das pessoas residentes em Beja, Portalegre, Castelo Branco e Guarda que têm que viajar mais de 90 minutos para fazer um exame PET.

Em 2012, cerca de 12 mil utentes realizaram exames PET, sendo que 1560 tiveram que percorrer distâncias que implicaram viagens superiores a 180 minutos (contabilizando a ida e o regresso). A ERS refere que “tal estimativa poderá revelar uma realidade não só incómoda para o utente, como poderá concretizar um custo de transporte considerável e um baixo nível de acessibilidade.”

Refira-se também que existem apenas doze estabelecimentos dotados com o equipamento necessário à realização do exame PET, sendo que quatro se situam na zona de influência da Administração Regional e Saúde (ARS) do Norte, dois no centro, seis na zona de Lisboa e Vale do Tejo sendo que não há nenhum equipamento no Algarve. Destes doze equipamentos, apenas cinco estão no setor público; é fundamental que o Governo assuma a responsabilidade de disponibilização deste serviço aos utentes do SNS através da existência deste equipamento no setor público em vez de continuar a financiar o setor privado.

Constata-se que o acesso ao exame PET é muito desigual, o que constitui um inegável constrangimento ao acesso para uma parte significativa da população nacional, como seja o caso do Algarve. Não é aceitável que o Governo nada faça perante os resultados deste estudo; urge portanto saber quando vai existir um equipamento para realização de exames PET no Algarve, bem como quais as medidas que vão ser implementadas para garantir o acesso à realização destas exames no interior do país, garantindo o alargamento da rede do SNS que dispõe deste equipamento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Quando irá existir no Algarve um equipamento para realização de exames PET?
2. Qual é o plano do Governo para alargar o acesso a exames PET, designadamente no sul e no interior do país?
3. Que medidas vai o Governo implementar para garantir o alargamento dos equipamentos para realização de exames PET disponíveis na rede pública do SNS?
4. O Governo considera adequado que toda a população residente nos distritos de Faro e de Bragança tenham que percorrer mais de 90 minutos para realizar um exame PET, bem como a maioria das pessoas residentes em Beja, Portalegre, Castelo Branco e Guarda?

Palácio de São Bento, terça-feira, 16 de Junho de 2015

Deputado(a)s

HELENA PINTO(BE)

CECÍLIA HONÓRIO(BE)